

David Harvey

O NEOLIBERALISMO
história e implicações

TRADUÇÃO

Adail Sobral

Maria Stela Gonçalves



Edições Loyola

Os futuros historiadores poderão coerentemente ver os anos 1978-80 como um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo. Em 1978, Deng Xiaoping deu os primeiros passos fundamentais para a liberalização de uma economia gerida por um governo comunista em um país que abrigava 20% da população mundial. O trajeto que Deng definiu iria transformar a China, em duas décadas, de um remoto país fechado num centro aberto de dinamismo capitalista com taxas de crescimento constantes sem paralelo na história humana. Do outro lado do Pacífico, e em circunstâncias completamente diferentes, uma figura relativamente obscura (mas agora renomada) chamada Paul Volcker assumiu o comando do Banco Central dos Estados Unidos (FED) em julho de 1979, e no curso de alguns meses mudou dramaticamente a política monetária. O FED a partir de então assumiu a liderança na luta contra a inflação, independentemente das conseqüências (em particular no que se refere ao desemprego). Do outro lado do Atlântico, Margaret Thatcher já tinha sido eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha, em maio de 1979, com a tarefa de restringir o poder dos sindicatos e levar ao fim uma destruidora estagnação inflacionária que envolvera o país na década precedente. Então, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos e, armado com uma genialidade e um carisma pessoal, impeliu seu país a revitalizar a economia, ao apoiar as decisões de Volcker no FED e adicionar sua própria mistura particular de políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial. A partir desses diversos epicentros, os impulsos revolucionários aparentemente se disseminaram e reverberaram para impor ao mundo que nos cerca uma imagem totalmente diferente.

Transformações desse alcance e dessa profundidade não ocorrem por acaso. Assim, é pertinente perguntar por que meios e percursos a nova configuração econômica — freqüentemente designada pelo termo *globalization* — foi arrancada das entranhas da antiga. Tanto Volcker e Reagan como Thatcher e Deng Xiaoping usaram argumentos secundários que havia muito estavam em circulação e os transformaram em argumentos fundamentais (embora em nenhum caso sem enfrentar uma longa batalha). Reagan retomou a tradição minoritária que remontava, no âmbito do Partido Republicano, a Barry Goldwater, no início dos anos 1960. Deng viu a riqueza e a influência do Japão, de Taiwan, de Hong Kong, de Cingapura e da Coréia do Sul em ascensão e procurou mobilizar o socialismo de mercado em vez do planejamento central para proteger e promover os interesses do Estado chinês. Volcker e Thatcher arrancaram das sombras de uma relativa obscuridade uma doutrina par-



ticular que respondia pelo nome de “neoliberalismo” e a transformaram na diretriz central do pensamento e da administração econômicos. E é principalmente dessa doutrina — de sua origem, sua ascensão e suas implicações — que me ocupo aqui¹.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.

Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. Quase todos os Estados, dos recém-criados após o colapso da União Soviética às socialdemocracias e Estados do bem-estar social ao velho estilo, como a Nova Zelândia e a Suécia, adotaram, às vezes voluntariamente e em outros casos em resposta a pressões coercivas, alguma versão da teoria neoliberal

1. S. GEORGE, A Short History of Neoliberalism: Twenty Years of Elite Economics and Emerging Opportunities for Structural Change, in W. BELLO, N. BULLARD, K. MALHOTRA (Ed.), *Global Finance: New Thinking on Regulating Capital Markets*, London, Zed Books, 2000, 27-35; G. DUMÉNIL, D. LÉVY, *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 2004; J. PECK, Geography and Public Policy: Constructions of Neoliberalism, *Progress in Human Geography* 28/3 (2004): 392-405; J. PECK, A. TICKELL, Neoliberalizing Space, *Antipode* 34/3 (2002) 380-404; P. TREANOR, *Neoliberalism: Origins, Theory, Definition*. Disponível em: <<http://web.inter.nl.net/users/Paul.Treanor/neoliberalism.html>>.



e ajustaram ao menos algumas políticas e práticas aos seus termos. O neoliberalismo foi rapidamente adotado pela África do Sul pós-*apartheid*, e mesmo a China contemporânea, como veremos, parece seguir esse caminho. Além disso, os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos "bancos de idéias"), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo.

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita "destruição criativa", não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. Na medida em que julga a troca de mercado "uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas"², o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado. Isso requer tecnologias de criação de informações e capacidades para acumular, armazenar, transferir, analisar e usar massivas bases de dados para orientar decisões no mercado global. Disso decorre o interesse do neoliberalismo pelas tecnologias de informação e sua promoção dessas tecnologias (o que levou alguns a proclamar a emergência de um novo tipo de "sociedade da informação"). Essas tecnologias comprimiram a crescente densidade das transações de mercado tanto no espaço como no tempo; produziram uma expansão particularmente intensa do que denominei alhures "compressão do tempo-espaço": quanto mais ampla a escala geográfica (o que explica a ênfase na "globalização") e quanto mais curtos os períodos de tempo dos contratos de mercado, tanto melhor. Esta última preferência tem como paralelo a célebre descrição de Lyotard da condição



pós-moderna como aquela em que “o contrato temporário” suplanta as “instituições permanentes nos domínios profissional, emocional, sexual, cultural, familiar e internacional, bem como nas questões políticas”. As consequências culturais do domínio de semelhante ética do mercado são legião, como já mostrei em *Condição pós-moderna* (Loyola, 1992).

Embora estejam hoje disponíveis muitos relatos gerais das transformações globais e de seus efeitos, o que geralmente falta — e é essa a lacuna que este livro procura preencher — é a história político-econômica da origem da neoliberalização e de como ela proliferou de modo tão abrangente no cenário mundial. O engajamento crítico com essa história sugere além disso uma estrutura passível de permitir identificar e construir propostas políticas e econômicas alternativas.

Beneficiei-me em épocas recentes de conversas com Gerard Duménil, Sam Gindin e Leo Panitch. Contraí dívidas de prazo mais longo com Masao Miyoshi, Giovanni Arrighi, Patrick Bond, Cindi Katz, Neil Smith, Bertell Ollman, Maria Kaika e Erik Swyngedouw. Uma conferência sobre o neoliberalismo patrocinada pela Rosa Luxemburg Foundation em Berlim, em novembro de 2001, foi o que despertou de início meu interesse por esse tópico. Agradeço ao então pró-reitor de Pós-Graduação da CUNY (Universidade da Cidade de Nova York), Bill Kelly, e a meus colegas e estudantes, primordial mas não exclusivamente, do Programa de Antropologia, por seu interesse e seu apoio. A todos isento, naturalmente, de toda responsabilidade pelos resultados.

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento. As figuras fundadoras do pensamento neoliberal consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual, tomando-os como "os valores centrais da civilização". Assim agindo, fizeram uma sábia escolha, porque esses certamente são ideais bem convincentes e sedutores. Esses valores, sustentavam essas figuras, estavam ameaçados não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos.

Os conceitos de dignidade e de liberdade individual são por si mesmos profundamente valiosos e comoventes. Foram esses ideais que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do Leste Europeu e da União Soviética antes do final da Guerra Fria, assim como aos estudantes da Praça Tianamen, na China. Os movimentos estudantis que percorreram o mundo em 1968 — de Paris e Chicago a Bancoc e Cidade do México — foram em parte motivados pela busca de uma maior liberdade de expressão e de escolha pessoal. De maneira mais geral, esses ideais são caros a todos os que valorizam a capacidade de tomar decisões soberanas.

A idéia de liberdade, que há muito é parte intrínseca da tradição dos Estados Unidos, tem tido em anos recentes uma pálida presença. O 11 de setembro foi interpretado imediatamente por muitos como um ataque a essa idéia. "Um mundo pacífico de crescente liberdade", escreveu o presidente Bush no primeiro aniversário desse dia terrível, "atende aos interesses americanos de longo prazo, reflete os sempiternos ideais americanos e une os aliados da América". A humanidade, concluiu ele, "tem em suas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade a todos os seus inimigos imemoriais", e "os Estados Unidos assumem suas responsabilidades de líderes dessa grandiosa missão". Mais tarde, essa linguagem foi incorporada ao documento da Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos divulgado logo depois disso. "A liberdade é a dádiva do Todo-Poderoso a cada homem e mulher deste mundo", disse mais tarde o presidente, adicionando que "na qualidade de maior potência da terra temos a obrigação de ajudar a propagar a liberdade"¹.

1. G. W. BUSH, *President Addresses the Nation in Prime Time Press Conference*, 13 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2004/0420040413-20.html>>.



Quando todas as outras razões para lançar-se em uma guerra preventiva contra o Iraque se mostraram insustentáveis, o presidente apelou à idéia de que a liberdade conferida ao Iraque era em si e por si uma justificativa adequada para a guerra. Os iraquianos estavam livres, e isso era tudo o que realmente importava. Resta contudo perguntar que tipo de liberdade é concebido aqui, uma vez que, como o crítico cultural Matthew Arnold há muito observou argutamente, “a liberdade é um cavalo muito bom de cavalgar, mas de cavalgar para ir a algum lugar”². Para que lugar se espera então que o povo do Iraque cavalgue com o cavalo da liberdade que lhe foi doado pela força das armas?

A resposta americana foi enunciada em setembro de 2003, quando Paul Bremer, chefe da Coalition Provisional Authority [Autoridade Provisória da Coalizão], promulgou decretos que incluíam “a total privatização da economia, plenos direitos de propriedade às empresas estrangeiras com negócios iraquianos, o direito de as empresas estrangeiras expatriarem os lucros e a retirada de quase todas as barreiras comerciais”³, incluindo serviços públicos, bancos e finanças, meios de comunicação, indústrias manufatureiras, serviços, transportes e construção. Apenas o petróleo foi isentado da taxaço (presumivelmente por causa de sua condição especial de gerador de receita para pagar a guerra e devido à sua importância geopolítica). O mercado de trabalho, por outro lado, viu-se submetido a uma estrita regulação; o direito de greve foi considerado ilegal e a sindicalização proibida nos setores-chave. Além disso, também se instituiu um “imposto único” altamente regressivo (um plano de reforma fiscal cuja implementação vem sendo há muito tempo defendida pelos conservadores nos Estados Unidos).

Essas medidas foram para alguns uma violação das Convenções de Genebra e de Praga, visto que se exige de uma potência ocupante a proteção dos ativos do país ocupado em vez de sua liquidação⁴. Alguns iraquianos resistiram à imposição ao Iraque daquilo que a *Economist* de Londres denominou regime de “sonho capitalista”. Um membro da Autoridade Provisória da Coalizão nomeada pelos Estados Unidos fez críticas veementes à imposição do “fundamentalismo do livre mercado”, considerando-o uma “lógica falha que ignora a história”⁵. Embora

2. Matthew Arnold é citado em R. WILLIAMS, *Culture and Society, 1780-1850*, London, Chatto & Windus, 1958, 118.

3. A. JUHASZ, Ambitions of Empire: The Bush Administration Economic Plan for Iraq (and Beyond), *Left Turn Magazine* 12 (fev.-mar. 2004) 27-32.

4. N. KLEIN, Of Course the White House Fears Free Elections in Iraq, *Guardian*, 24 jan. 2004, 18.

5. T. CRAMPTON, Iraqi Official Urges Caution on Imposing Free Market, *New York Times*, 14 out. 2003, C5.



possam ter sido ilegais quando impostas por uma potência ocupante, as regras de Bremmer seriam legais se confirmadas por um governo “soberano”. O governo provisório nomeado pelos Estados Unidos, que tomou posse no final de junho de 2004, foi declarado “soberano”, mas só tinha o poder de confirmar leis existentes. Antes da passagem do poder, Bremmer multiplicou o número de leis para especificar nos mínimos detalhes regras de livre mercado e livre comércio (em questões bem específicas como leis de direitos autorais e de direitos de propriedade intelectual), exprimindo a esperança de que esses arranjos institucionais “adquirissem vida e impulso próprios”, de modo a dificultar sua reversão⁶.

Segundo a teoria neoliberal, os tipos de medidas esboçados por Bremmer eram tanto necessários como suficientes para criar riqueza e, por conseguinte, melhorar o bem-estar da população em geral. O pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio é um elemento vital do pensamento neoliberal e há muito determina a atitude norte-americana para com o resto do mundo⁷. O que os Estados Unidos evidentemente buscaram impor com mão pesada ao Iraque foi um tipo particular de aparelho de Estado cuja missão fundamental foi criar condições favoráveis à acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros. Dou a esse tipo de aparelho de Estado o nome de *Estado neoliberal*. As liberdades que ele encarna refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro. Em suma, Bremmer convidou os iraquianos a cavalgar com seu cavalo da liberdade diretamente para dentro do curral neoliberal.

Vale dizer que a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile depois do golpe de Pinochet no “pequeno 11 de setembro” (quase exatamente trinta anos antes do dia em que Bremmer anunciou o regime a ser instalado no Iraque). O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi “liberado” de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo). Mas como se iria recuperar a economia

6. JUHASZ, *Ambitions of Empire*, 29.

7. G. W. BUSH. Securing Freedom's Triumph, *New York Times*, 11 set. 2002, A33. O *The National Security Strategy of the United State of America* pode ser acessado em: <www.whitehouse.gov/nsc/r1ss>.



estagnada? As políticas de substituição de importações (que promoveram a indústria nacional mediante subsídios ou barreiras tarifárias) que tinham dominado as tentativas latino-americanas de desenvolvimento econômico estavam em baixa, especialmente no Chile, onde nunca tinham funcionado muito bem. Com o mundo inteiro em recessão econômica, havia necessidade de uma nova abordagem.

Um grupo de economistas conhecidos como "the Chicago boys", por causa de sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. É interessante a história de como eles foram escolhidos. Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o predomínio na Universidade Católica, entidade privada, de Santiago. No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram sua oposição a Allende através de um grupo chamado "Clube de Segunda-Feira" e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas, financiando seu trabalho através de institutos de pesquisa. Depois de o general Gustavo Leigh, rival de Pinochet para ocupar o poder, e keynesiano, ser afastado em 1975, Pinochet levou esses economistas para o governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias. Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira etc.) à exploração privada e não-regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. O direito de companhias estrangeiras repatriarem lucros de suas operações chilenas foi garantido. O crescimento liderado pelas exportações passou a prevalecer sobre a substituição de importações. O único setor reservado ao Estado foi o recurso-chave, o cobre (mais ou menos como o petróleo no Iraque). Isso veio a ser crucial para a viabilidade orçamentária do Estado, já que as receitas do cobre fluíam exclusivamente para seus cofres. A imediata recuperação da economia chilena em termos de taxas de crescimento, de acumulação de capital e de elevadas taxas de retorno dos investimentos estrangeiros durou pouco. O caldo azedou quando da crise latino-americana da dívida em 1982. O resultado foi uma aplicação muito mais pragmática e menos dirigida ideologicamente de políticas neoliberais nos anos seguintes. Tudo isso, incluindo o pragmatismo, ofereceu úteis dados para suportar



a subsequente adoção do neoliberalismo na Grã Bretanha (sob Thatcher) e nos Estados Unidos (sob Reagan) nos anos 1980. Não pela primeira vez, uma experiência brutal realizada na periferia transformou-se em modelo para a formulação de políticas no centro (mais ou menos como a experimentação com o imposto único no Iraque foi proposta por decretos sob as ordens de Bremmer)⁸.

O fato de duas reestruturações tão obviamente semelhantes do aparelho do Estado ocorrerem em épocas tão diferentes e em lugares completamente diferentes do mundo sob a influência coerciva dos Estados Unidos sugere que o sombrio alcance do poder imperial desse país pode ter por fundamento a rápida proliferação de formas neoliberais de Estado em todo o mundo a partir da metade dos anos 1970. Embora tenha ocorrido indubitavelmente nos últimos trinta anos, isso está longe de ser toda a história, como o mostra o componente doméstico da virada neoliberal no Chile. Além disso, não foram os Estados Unidos que forçaram Margaret Thatcher a seguir o pioneiro caminho neoliberal que ela seguiu em 1979. Nem foram eles que obrigaram a China em 1978 a seguir a rota da liberalização. Os encaminhamentos parciais rumo à neoliberalização na Índia nos anos 1980 e na Suécia no começo dos anos 1990 não podem facilmente ser atribuídos ao alcance imperial do poder dos Estados Unidos. Os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial têm sido evidentemente um processo muito complexo, que envolve determinações múltiplas e caos e confusão não negligenciáveis. Por que então ocorreu a virada neoliberal, e quais as forças que a tornaram hegemônica no âmbito do capitalismo global?

Por que ocorreu a virada neoliberal?

A reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial pretendia impedir um retorno às condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930. Pretendia ainda impedir o ressurgimento das rivalidades geopolíticas interestados que levaram à guerra. Foi preciso assegurar a paz e a tranquilidade domésticas e firmar alguma espécie de acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores. O pensamento da época talvez seja melhor representado por um texto influente de dois

8. M. FOURCADE-GOURINCHAS, S. BABB, *The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries*, *American Journal of Sociology* n. 108 (2002) 542-549; J. VALDEZ, *Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile*, New York, Cambridge University Press, 1995; R. LUDERS, *The Success and Failure of the State-Owned Enterprise Divestitures in a Developing Country: The Case of Chile*, *Journal of World Business* (1993) 98-121.



cientistas sociais eminentes, Robert Dahl e Charles Lindblom, publicado em 1953. Tanto o capitalismo como o comunismo em suas formas puras tinham falhado, alegaram eles. O único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade⁹. Internacionalmente, uma nova ordem mundial foi construída com os acordos de Bretton Woods, e várias instituições, como A ONU, o Banco Mundial, o FMI e o Banco Internacional de Compensações (Basiléia), foram estabelecidas para ajudar a estabilizar as relações internacionais. O livre comércio de bens foi incentivado sob um sistema de câmbio fixo escorado na convertibilidade do dólar norte-americano em ouro a um preço fixo. O câmbio fixo era incompatível com os livres fluxos de capital que tinham de ser controlados, mas os Estados Unidos tinham de permitir o livre fluxo do dólar para além de suas fronteiras para que o dólar funcionasse como a moeda de reserva global. Esse sistema existiu sob a ampla proteção do poder militar norte-americano. Somente a União Soviética e a Guerra Fria impunham limites ao seu alcance global.

Uma variedade de Estados socialdemocratas, democrata-cristãos e dirigistas emergiu na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Os próprios Estados Unidos passaram a seguir uma forma democrática liberal de Estado, e o Japão, sob a estreita supervisão dos Estados Unidos, construiu um aparato de Estado nominalmente democrático, mas na prática altamente burocrático, ao qual se atribuiu a responsabilidade de administrar a reconstrução do país. O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado - ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos - para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como "keynesianas" foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Um "compromisso de classe" entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como o principal garante da paz e da tranquilidade domésticas. Os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instrução etc.).

Essa forma de organização político-econômica é hoje denominada normalmente "liberalismo embutido", para sinalizar como os processos

9. R. DAHL, C. LINDBLOM, *Politics, Economy and Welfare: Planning and Politico-Economic Systems Resolved into Basic Social Processes*, New York, Harper, 1953.



de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundados por uma rede de restrições sociais e políticas e um ambiente regulatório que às vezes restringiu mas em outros casos liderou a estratégia econômica e industrial¹⁰. O planejamento liderado pelo Estado e em alguns casos a posse pelo Estado de alguns dos setores-chave (carvão, aço, automóveis) não foi incomum (por exemplo, na Grã-Bretanha, na França e na Itália). O projeto neoliberal busca desvencilhar o capital dessas restrições.

O liberalismo embutido produziu elevadas taxas de crescimento econômico nos países capitalistas avançados durante os anos 1950 e 1960¹¹. Isso dependeu em parte da generosidade dos Estados Unidos em aceitar déficits com o resto do mundo e absorver todo o produto adicional dentro de suas fronteiras. Esse sistema trouxe benefícios como mercados de exportação de expansão (mais obviamente para o Japão, mas também, desigualmente, na América do Sul e em alguns outros países do Sudeste asiático), mas as tentativas de exportar o “desenvolvimento” para boa parte do resto do mundo em larga medida malograram. Para boa parte do Terceiro Mundo, particularmente a África, o liberalismo embutido continuou a ser um sonho distante. O impulso subsequente à neoliberalização após 1980 envolveu pouca mudança material em suas condições de empobrecimento. Nos países capitalistas avançados, a política redistributiva (incluindo algum grau de integração política do poder sindical da classe trabalhadora e apoio à negociação coletiva), os controles sobre a livre mobilidade do capital (algum grau de repressão financeira particularmente por meio de controle do capital), a ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem-estar social, as intervenções ativas do Estado na economia, e algum grau de planejamento do desenvolvimento caminharam lado a lado com taxas de crescimento relativamente elevadas. O ciclo de negócios foi controlado com sucesso mediante a aplicação de políticas fiscais e monetárias keynesianas. Promoveu-se uma economia social e moral (sustentada às vezes por um forte sentido da identidade nacional) por meio das atividades de um Estado intervencionista. O Estado transformou-se na verdade num campo de força que internalizou relações de classe. Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato de Estado.

10. S. KRASNER (Ed.), *International Regimes*, Ithaca, NY, Cornell University Press, 1983; M. BLYTH, *Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

11. P. ARMSTRONG, A. GLYNN, J. HARRISON, *Capitalism Since World War II: The Making and Breaking of the Long Boom*, Oxford, Blackwell, 1991.



Perto do final dos anos 1960, o liberalismo embutido começou a ruir, internacionalmente e no nível das economias domésticas. Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-76), enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam. Mesmo antes da guerra árabe-israelense e do embargo do petróleo da OPEP de 1973, o sistema de taxas de câmbio fixas DCE Bretton Woods baseado em reservas de ouro tinha se mostrado ineficaz. A porosidade das fronteiras dos Estados com relação aos fluxos de capital pressionava o sistema de taxas de câmbio fixas. Os dólares dos Estados Unidos tinham inundado o mundo e escapado ao controle daquele país, sendo depositados em bancos europeus. As taxas de câmbio fixas foram abandonadas por causa disso em 1971. O ouro não mais poderia funcionar como a base metálica da moeda internacional; as taxas de juro passaram a ser flutuantes e as tentativas de controlar a flutuação logo foram abandonadas. O liberalismo embutido que gerara altas taxas de crescimento pelo menos nos países capitalistas avançados depois de 1945 estava claramente esgotado e deixara de funcionar. A superação da crise requeria alguma alternativa.

Uma resposta consistiu em aprofundar o controle e a regulação estatais da economia por meio de estratégias corporativistas (incluindo, se necessário, reprimir as aspirações do trabalho e dos movimentos populares por meio de medidas de austeridade, políticas de renda e mesmo controle de salários e preços). Essa resposta foi implementada por partidos socialistas e comunistas da Europa, que puseram suas esperanças em experimentos inovadores de governança em lugares como a “Bolonha Vermelha” controlada pelos comunistas na Itália, na transformação revolucionária de Portugal na esteira do colapso do fascismo, na passagem a um socialismo de mercado mais aberto e idéias de “eurocomunismo”, particularmente na Itália (sob a liderança de Berlinguer) e na Espanha (sob a influência de Carrillo), ou então na expansão da forte tradição socialdemocrata do Estado de bem-estar social na Escandinávia. A esquerda congregou um considerável poder popular em apoio a esses programas, chegando perto do poder na Itália e adquirindo de fato o poder de Estado em Portugal, na França, na Espanha e na Grã-Bretanha, tendo mantido o poder na Escandinávia. Mesmo nos Estados Unidos, o Congresso, controlado pelos democratas, lançou uma ampla onda de reformas regulatórias do começo da década de 1970 (promulgada por Richard Nixon, um presidente republicano que, no processo, chegou



ao ponto de dizer que “agora somos todos keynesianos”), que regulavam tudo, da proteção ambiental à segurança e à saúde ocupacionais, passando pelos direitos civis e pela proteção ao consumidor¹². Mas a esquerda não conseguiu ir muito além das soluções socialdemocratas e corporativistas tradicionais, que na metade dos anos 1970 se mostraram incompatíveis com os requisitos da regulação do capital. O resultado foi a polarização do debate entre aqueles que apoiavam a socialdemocracia e o planejamento central, de um lado (que, quando no poder, como no caso dos trabalhistas ingleses, com frequência acabavam tentando reprimir, em geral por razões pragmáticas, as aspirações de seus próprios eleitores), e os interesses de todos os que pretendiam liberar o poder corporativo e dos negócios e restabelecer as liberdades de mercado, de outro. Em meados da década de 1970, os interesses deste último grupo passaram ao primeiro plano. Mas como restaurar as condições para a retomada da acumulação ativa do capital?

Como e por que o neoliberalismo se mostrou vitorioso como a única resposta a essa questão é o cerne do problema que temos a resolver. Retrospectivamente, a resposta pode parecer tanto inevitável como óbvia, mas na época, julgo razoável dizer, ninguém de fato sabia ou entendia com certeza que tipo de resposta funcionaria e de que maneira funcionaria. O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o “Consenso de Washington”. A essa altura, tanto Clinton como Blair poderiam facilmente ter invertido a afirmação anterior de Nixon e dito simplesmente: “Agora somos todos neoliberais”. O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu.

Há contudo um elemento nessa transição que merece atenção específica. A crise da acumulação do capital na década de 1970 afetou a todos por meio da combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada (Figura 1.1). A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alter-

12. G. ELEY, *Forging Democracy: The History of the Left in Europe, 1850-2000*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

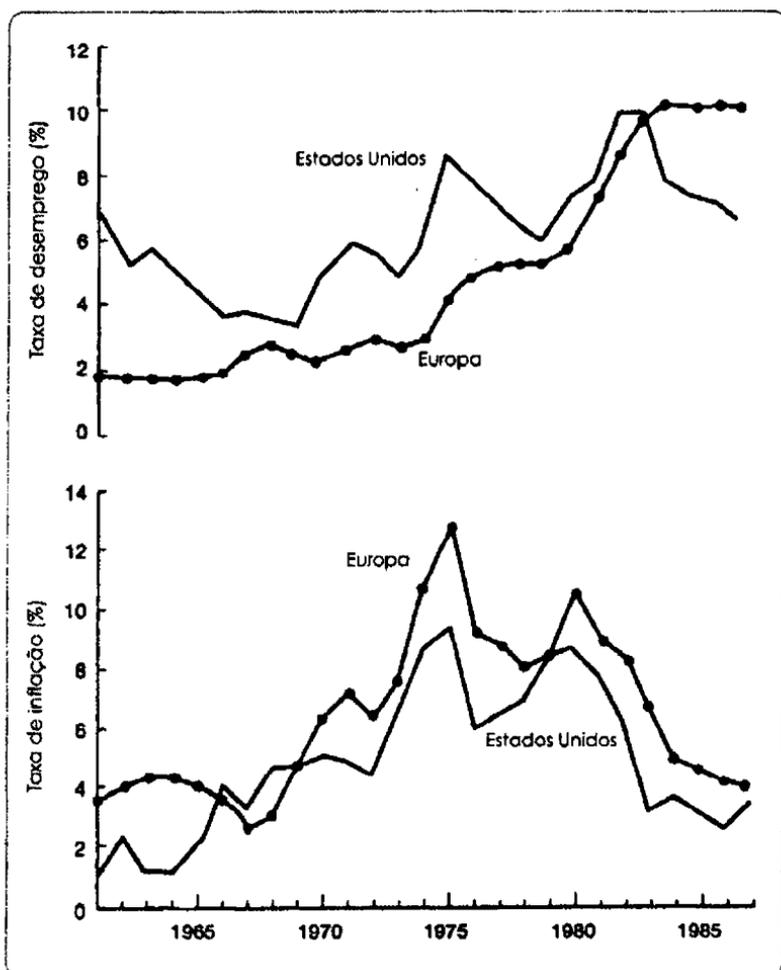


Figura 1.1 A crise econômica dos anos 1970: inflação e desemprego nos Estados Unidos e na Europa, 1960-1987

Fonte: Harvey, *Condição pós-moderna*

nativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. Partidos comunistas e socialistas ganhavam terreno, quando não tomavam o poder, em boa parte da Europa, e mesmo nos Estados Unidos forças populares agitavam por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto em países capitalistas avançados (como a Itália, a França, a Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como o Chile, o México e a Argentina). Na Suécia, por exemplo, o que ficou conhecido como o Plano Rehn-Meidner se



ofereceu literalmente para comprar gradualmente a parcela dos proprietários em seus próprios negócios e transformar o país numa democracia de trabalhadores/acionistas. Mas, para além disso, a ameaça econômica à posição das elites e classes dirigentes tornava-se então palpável. Uma condição do acordo do pós-guerra em quase todos os países era que o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do bolo econômico. Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos do 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da Segunda Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas. Enquanto o crescimento se mantinha em altos níveis, essa restrição não parecia importante. Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma eram parcos dividendos e lucros, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. Nos Estados Unidos, o controle da riqueza (em oposição à renda) pelo 1% mais rico da população permaneceu mais ou menos estável por todo o século XX. Mas na década de 1970 sofreu uma acentuada queda (Figura 1.2) com o colapso do valor dos ativos (ações, imóveis, poupanças). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica.

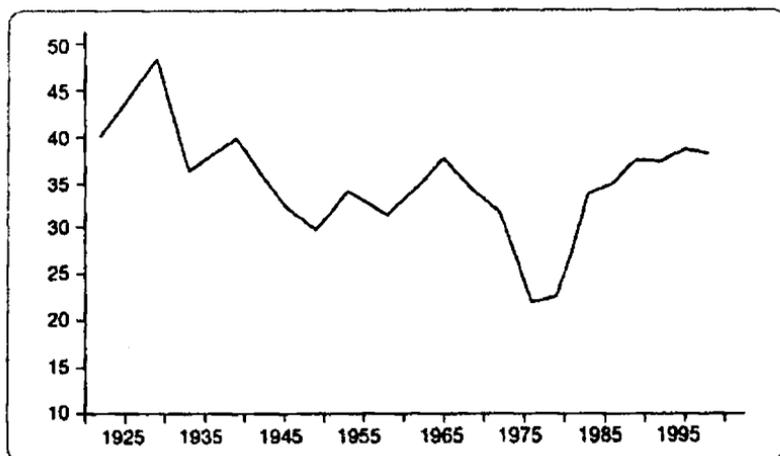


Figura 1.2 A crise da riqueza dos anos 1970: parcela de ativos na posse do 1% mais rico da população norte-americana, 1922-1998

Fonte: Duménil, Lévy, *Capital Resurgence*

O golpe no Chile e a tomada do poder pelos militares na Argentina, promovidos pelas elites domésticas com o apoio dos Estados Unidos, ofereceram um tipo de solução. O subsequente experimento chileno



com o neoliberalismo demonstrou que os benefícios da acumulação do capital revivida foram altamente prejudicados pela privatização forçada. O país e suas elites dirigentes, ao lado de investidores estrangeiros, se saíram muito bem no começo. Efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo. Gérard Duménil e Dominique Lévy, depois de uma cuidadosa redistribuição dos dados, concluíram que a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe. Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000 (Figuras 1.3 e 1.4). Quase certamente, com os efeitos das reformas fiscais do governo Bush que agora se fazem sentir, a concentração de renda e riqueza nos estratos superiores da sociedade, isso se mantém, dado que o imposto sobre a propriedade (imposto sobre a riqueza) está defasado e a taxa de renda de investimentos e ganhos de capital está se reduzindo, enquanto a taxa de salários e remunerações se mantém¹³.

Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. Na Rússia, depois da "terapia de choque" neoliberal aplicada nos anos 1990, surgiu uma pequena e poderosa oligarquia. Extraordinários surtos de desigualdade de renda e riqueza ocorreram na China com a adoção de práticas orientadas para o livre mercado. A onda de privatização no México a partir de 1992 lançou uns poucos indivíduos (como Carlos Slim) quase da noite para o dia na lista dos mais ricos do mundo da revista *Fortune*. Globalmente, "os países da Europa Oriental e da Comunidade de Estados Independentes (CIS) registraram alguns dos maiores aumentos já ocorridos... em desigualdade social. Os países da OCDE (Organização

13. G. DUMÉNIL, D. LÉVY, Neoliberal Dynamics: Towards A New Phase?, in K. VAN DER FIJL, L. ASSASSI, D. WIGAN (Ed.), *Global Regulation: Managing Crises after the Imperial Turn*, New York, Palgrave Macmillan, 2004, 41-63. Ver também TASK FORCE ON INEQUALITY AND AMERICAN DEMOCRACY, *American Democracy in an Age of Rising Inequality*, American Political Science Association, 2004; T. PIKETTY, E. SAEZ, Income Inequality in the United States, 1913-1998, *Quarterly Journal of Economics* 118 (2003) 1-39.

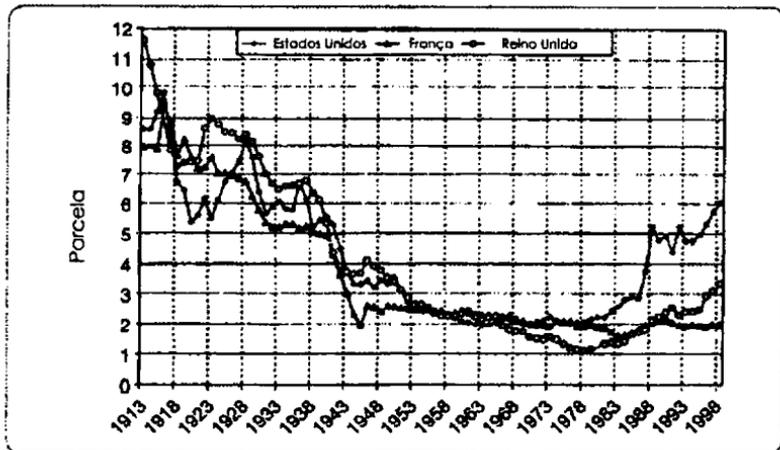


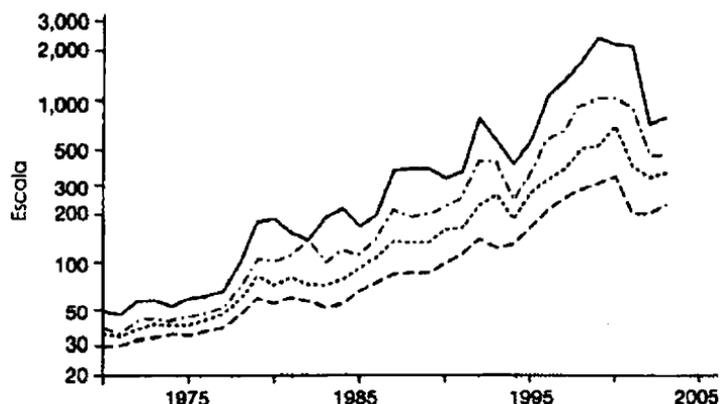
Figura 1.3 A restauração do poder de classe: porção da renda nacional na posse do 0,1% da população, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, 1913-1998

Fonte: Task Force on Inequality and American Democracy, *American Democracy in the Age of Rising Inequality*

para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registraram grandes aumentos da desigualdade a partir dos anos 1980”, enquanto “a diferença de renda entre os 20% da população do mundo que vive nos países mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos países mais pobres era de 74 para 1 em 1977, vindo de 60 para 1 em 1990 e de 30 para 1 em 1960¹⁴. Embora haja exceções a essa tendência (vários países do Leste e do Sudoeste asiático têm mantido até agora em limites razoáveis as desigualdades de renda, como o faz a França — ver Figura 1.3), os dados sugerem vigorosamente que a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas.

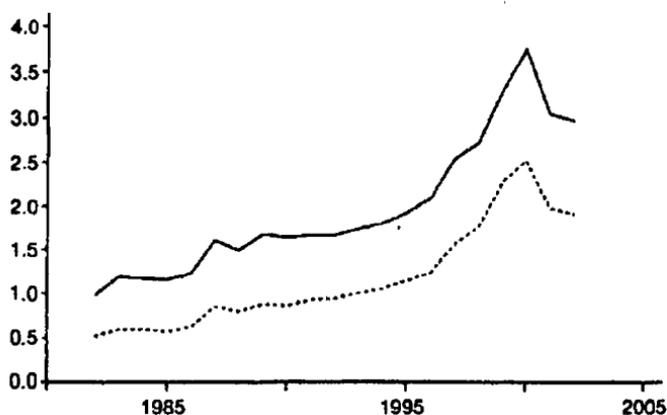
Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a idéia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um

14. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, *Human Development Report, 1999*, New York, Oxford University Press, 1999, 3.



- Remuneração total nível 10
- Remuneração total nível 50
- - - Remuneração total nível 100
- · - Remuneração total média 100

As três primeiras curvas mostram o aumento da remuneração dos CEOs de acordo com seu nível na hierarquia das remunerações: 10, 50 e 100. A outra curva corresponde à remuneração média dos 100 CEOs com remunerações mais altas. Observe-se que 1.000 significa 1.000 vezes a remuneração média.



- 0.0002% mais alta (404 mais altas em 2000)
- 0.0005% mais alta (101 mais altas em 2000)

Figura 1.4 A concentração da riqueza e do poder de compra nos Estados Unidos: a remuneração dos CEOs em relação aos salários médios dos Estados Unidos, 1970-2003, e parcelas da riqueza na posse das famílias mais ricas, 1982-2002

Fonte: Duménil, Lévy, Neoliberal Income Trends

sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. Isso de modo algum nega



o poder que têm as idéias de agir como força de mudança histórico-geográfica. Mas de fato indica uma tensão criativa entre o poder das idéias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global.

A ascensão da teoria neoliberal

O neoliberalismo como potencial antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo havia muito se achava oculto sob as asas da política pública. Um grupo pequeno e exclusivo de passionais defensores seus — principalmente economistas, historiadores e filósofos acadêmicos — se congregaram em torno do renomado filósofo político austríaco Friedrich von Hayek para criar a Mont Pelerin Society (que leva o nome do *spa* suíço em que se reuniram pela primeira vez) em 1947 (entre os notáveis estavam Ludwig von Mises, o economista Milton Friedman e mesmo, por algum tempo, o célebre filósofo Karl Popper). A declaração de fundação da sociedade diz:

Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não a sua.

O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque, sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdade¹⁵.

Os membros do grupo se descreveram como “liberais” (no sentido europeu tradicional) devido a seu compromisso fundamental com ideais de liberdade pessoal. O rótulo “neoliberal” marcava sua adesão

15. Ver: <<http://www.montpelerin.org/aboutmps.html>>.



aos princípios de livre mercado da economia neoclássica que emergira na segunda metade do século XIX (graças aos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras) para substituir as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e, naturalmente, Karl Marx. Mas também seguiam a idéia de Adam Smith de que a mão invisível do mercado constituía o melhor recurso de mobilização de mesmo os mais vis instintos humanos, como a gula, a ambição e o desejo de riqueza e poder em benefício de todos. Assim, a doutrina neoliberal opunha-se profundamente às teorias do Estado intervencionista, como as de John Maynard Keynes, que alcançaram a proeminência nos anos 1930 em resposta à Grande Depressão. Muitos legisladores, depois da Segunda Guerra Mundial, recorreram à orientação da teoria keynesiana em seus esforços para manter sob controle os ciclos de negócios e as recessões. Os neoliberais se mostravam ainda mais fortemente contrários a teorias do planejamento estatal centralizado como as propostas por Oscar Lange, mais próximo da tradição marxista. Alegavam que as decisões do Estado estavam fadadas à tendenciosidade política, que dependia da força dos grupos de interesse envolvidos (como os sindicatos, os ambientalistas ou os grupos de pressão corporativos). As decisões do Estado em questões de investimento e acumulação do capital estavam fadadas a ser erradas porque as informações à disposição do Estado não podiam rivalizar com as contidas nos sinais do mercado. Esse arcabouço teórico, como vários comentadores assinalaram, não é inteiramente coerente¹⁶. O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível com seu compromisso político com ideais de liberdade individual, nem sua suposta desconfiança com respeito a todo poder estatal o é com a necessidade de um Estado forte e, se necessário, coercitivo, que defenda os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento. O artifício jurídico de definir as corporações como indivíduos perante a lei introduz suas próprias distorções, tornando irônico o credo pessoal de John D. Rockefeller, gravado em pedra no Rockefeller Center da cidade de Nova York, que diz: "o valor supremo do indivíduo" acima de todas as coisas. E, como veremos, há na posição neoliberal contradições suficientes para tornar as práticas neoliberais em desenvolvimento (com respeito a questões como o poder de monopólio e falhas de mercado) irreconhecíveis diante da aparente pureza da doutrina neoliberal. Por conseguinte, merece cuidadoso exame a tensão entre a teoria do neoliberalismo e a pragmática concreta da liberalização.

16. Uma judiciosa resenha está em H.-J. CHANG, *Globalisation, Economic Development and the Role of the State*, London, Zed Books, 2003. Mas, como assinala PECK em *Geography and Public Policy*, o neoliberalismo absorveu muitas vezes outros elementos em seu arcabouço, sendo por isso difícil entendê-lo como "pura" teoria.



Hayek, autor de textos essenciais como *A constituição da liberdade*, alega que era fundamental a batalha das idéias, e que provavelmente esta duraria ao menos uma geração para ser ganha, não apenas contra o marxismo, mas também contra o socialismo, o planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano. O grupo do Mont Pelerin obteve apoio financeiro e político; nos Estados Unidos em particular, um poderoso grupo de indivíduos abastados e líderes corporativos visceralmente contrários a todas as formas de intervenção e regulação do Estado, e mesmo ao internacionalismo, se empenhou em realizar a oposição ao que viam como um consenso emergente de busca de uma economia mista. Temerosos dos efeitos políticos, num cenário de pós-guerra, da aliança com a União Soviética e da economia de comando construída nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, estavam prontos a aceitar qualquer coisa — do macarthismo aos bancos de idéias neoliberais — para proteger e aumentar seu poder. Mas esse movimento permaneceu à margem tanto da política como da influência acadêmica até os conturbados anos da década de 1970. A partir de então, começou a ocupar o centro do palco, especialmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, nutrido por vários bem financiados bancos de idéias (rebentos da Mont Pelerin Society, como o Institute of Economic Affairs, de Londres, e a Heritage Foundation, de Washington), bem como mediante sua crescente influência na academia, particularmente na Universidade de Chicago, em que reinava Milton Friedman. A teoria neoliberal obteve respeitabilidade acadêmica quando Hayek em 1974 e Friedman em 1976 ganharam o prêmio Nobel de economia. Esse prêmio específico, embora assumisse a aura de um Nobel, não tinha nenhuma relação com os outros prêmios, estando como estava sob o estrito controle da elite bancária suíça. A teoria neoliberal, em especial em sua versão monetarista, passou a ter influência prática numa variedade de campos políticos. Por exemplo, durante o governo Carter, a desregulação da economia surgiu como uma das respostas ao estado crônico de estagflação que prevalecera nos Estados Unidos por toda a década de 1970. Mas a dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979.

Em maio desse ano, Margareth Thatcher foi eleita na Grã-Bretanha com a firme obrigação de reformar a economia. Sob a influência de Keith Joseph, um publicista e polemista bem ativo, com fortes vínculos com o neoliberal Institute of Economic Affairs, ela aceitou o abandono do keynesianismo e a idéia de que as soluções monetaristas “do lado da oferta” eram essenciais para curar a estagflação que marcara a economia britânica naquela década. Thatcher reconhecia que isso significava nada



menos que uma revolução em políticas fiscais e sociais, e demonstrou imediatamente uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado socialdemocrata que se consolidara no país a partir de 1945. Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo (particularmente do Japão). Ficou famosa sua declaração: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” — e, acrescentou depois, suas famílias. Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. O ataque ideológico nessas linhas advindo da retórica de Thatcher era implacável¹⁷; como ela mesma disse, “a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito”. E transformar ela de fato transformou, ainda que de modo algum completa e abrangentemente, para não falar sem custos políticos.

Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos¹⁸. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as conseqüências para o emprego. A taxa real de juro, que com freqüência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve (Figura 1.5). A taxa nominal de juro aumentou da noite para o dia, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto dos 20%. Iniciou-se assim “uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais”¹⁹. Essa, argu-

17. A história da rota de Thatcher rumo ao neoliberalismo está esboçada em D. YERGIN, J. STANISLAW. *The Commanding Heights: The Battle Between Government and Market Place that is Remaking the Modern World*, New York, Simon & Schuster, 1999.

18. L. PANITCH, S. GINDIN, Finance and American Empire, in *The Empire Reloaded: Socialist Register* 2005, London, Merlin Press, 2005, 46-81.

19. D. HENWOOD, *After the New Economy*, New York, New Press, 2003, 208.

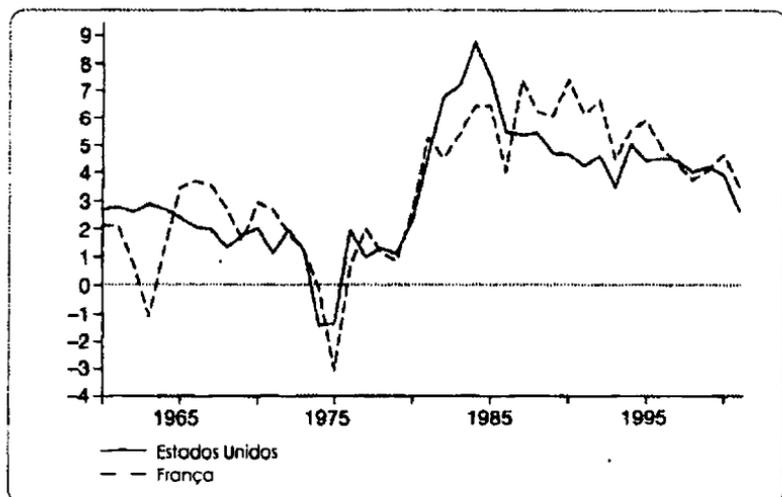


Figura 1.5 O "choque Volcker": alterações das taxas de juros reais, Estados Unidos e França, 1960-2001

Fonte: Duménil, Lévy, *Capital Resurgence*

mentou Volcker, era a única saída para a tenebrosa crise de estagnação que caracterizara os Estados Unidos e boa parcela da economia global por todos os anos 1970.

O "choque Volcker", como passou desde então a ser conhecido, tem de ser interpretado como medida necessária mas não suficiente para a neoliberalização. Alguns bancos centrais havia muito enfatizavam a responsabilidade fiscal antiinflacionária e adotavam políticas mais próximas do monetarismo do que da ortodoxia keynesiana. No caso da Alemanha Ocidental, isso vinha de lembranças históricas da inflação descontrolada que destruíra a República de Weimar dos anos 1920 (criando as condições para a ascensão do fascismo) e da inflação, igualmente poderosa, que ocorrera no final da Segunda Guerra Mundial. O FMI havia muito vinha se opondo ao excesso de endividamento e pedia, se é que não impunha, restrições fiscais e austeridade orçamentária aos Estados clientes. Mas em todos esses casos o monetarismo tinha como paralelo a aceitação de um poder sindical forte e um compromisso político de construção de um sólido Estado de bem-estar social. A virada para o neoliberalismo se apoiava assim não só na adoção do monetarismo como na implantação de políticas governamentais em muitas outras arenas.

A vitória de Ronald Reagan sobre Carter em 1980 mostrou-se crucial, ainda que Carter tivesse seguido sem dificuldades a desregulação (das empresas aéreas e de caminhões de carga) como solução parcial para a crise de estagnação. Os conselheiros de Reagan estavam convencidos de

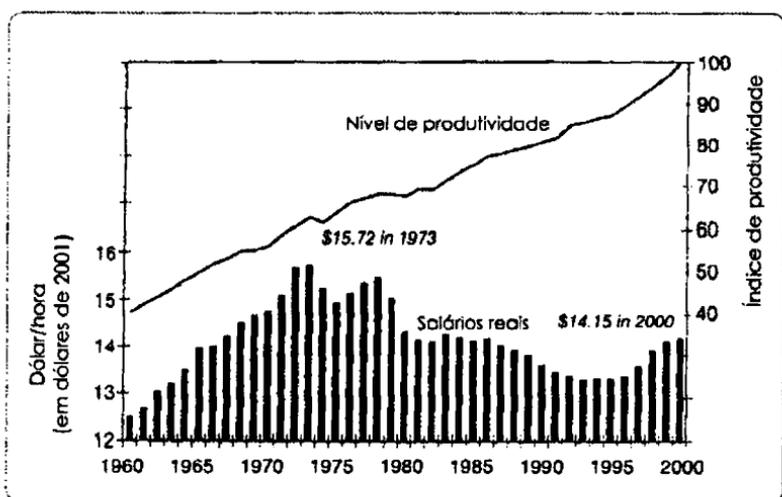


Figura 1.6 O ataque ao trabalho: salários reais e produtividade nos Estados Unidos, 1960-2000

Fonte: Pollin, *Contours of Descent*

que o “remédio” monetarista de Volcker para uma economia doente e em estagnação era certo. Volcker foi apoiado e permaneceu em sua posição de presidente do Federal Reserve. O governo Reagan então ofereceu o apoio político necessário por meio de mais desregulação, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional. Reagan derrotou o PATCO, o sindicato dos controladores de voo, numa longa e amarga greve em 1981. Isso marcou um ataque generalizado aos poderes do trabalho organizado no próprio momento em que a recessão inspirada em Volcker produzia altas taxas de desemprego (de ao menos 10%). O PATCO, contudo, era mais do que um sindicato comum: era um sindicato de trabalhadores graduados que tinha o caráter de uma associação de profissionais especializados. Era, portanto, um ícone da classe média e não do sindicalismo da classe trabalhadora. O efeito global sobre a condição do trabalho foi dramático — talvez melhor captado pelo fato de o salário mínimo federal, que era paritário ao nível de pobreza em 1980, ter caído para 30% abaixo desse nível por volta de 1990. Iniciou-se assim, com vigor, o longo declínio dos níveis dos salários reais.

As indicações de Reagan para posições de poder em áreas como regulação ambiental, segurança ocupacional e saúde acentuaram ainda mais a campanha contra o grande governo. A desregulação de tudo — de empresas aéreas e de telecomunicações ao sistema financeiro — abriu novas áreas de liberdade de mercado irrestrita para poderosos interesses corporativos. As reduções de impostos sobre os investimentos na



prática subsidiaram o movimento do capital do nordeste e do meio-oeste sindicalizados para o sul e o oeste não-sindicalizados e fracamente regulados. O capital financeiro buscou crescentemente, no exterior, taxas de retorno mais elevadas. A desindustrialização doméstica e a tendência a levar a produção para o exterior tornaram-se muito mais comuns. O mercado, descrito ideologicamente como forma de promover a competição e a inovação, tornou-se veículo da consolidação do poder monopolista. Os impostos corporativos sofreram uma dramática redução e a faixa mais alta passou de 70% a 28%, naquilo que foi denominado “a maior redução de impostos da história” (Figura 1.7).

E teve início assim a abissal mudança para uma desigualdade social cada vez maior e a restauração do poder econômico da classe alta.

Houve, contudo, outra mudança concomitante que também alimentou o movimento de neoliberalização nos anos 1970. A elevação de preços pela OPEP, que veio com o embargo do petróleo de 1973, colocou vastas parcelas de poder financeiro à disposição de países produtores de petróleo como a Arábia Saudita, o Kuwait e Abu Dhabi. Sabemos hoje, a partir de relatórios das agências de informação britânica, que os Estados Unidos estavam se preparando para invadir esses países em 1973 para restaurar o fluxo do petróleo e baixar os preços. Também sabemos que os sauditas concordaram na época, presumivelmente sob pressão militar, se não ameaça aberta, dos Estados Unidos, em reciclar todos os

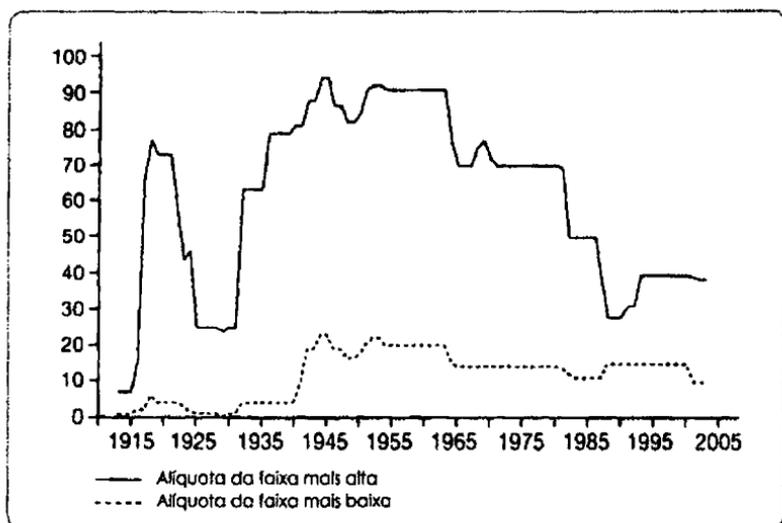


Figura 1.7 A revolta fiscal das classes altas: níveis dos impostos nos Estados Unidos para as faixas mais altas e mais baixas, 1913-2003

Fonte: Duménil, Lévy, *Neoliberal Income Trends*



seus petrodólares por meio dos bancos de investimento de Nova York²⁰. Estes últimos viram-se de repente com amplos recursos para os quais precisavam encontrar aplicações lucrativas. As opções dos Estados Unidos, dadas as condições econômicas de depressão e as baixas taxas de retorno na metade dos anos 1970, não eram boas. Era necessário buscar no exterior oportunidades mais vantajosas. Os governos pareciam ser a aposta mais segura, porque, na célebre afirmação de Walter Wriston, presidente do Citibank, os governos não podem se mudar nem desaparecer. E muitos governos no mundo em desenvolvimento, até então desesperados por recursos, estavam ansiosos o bastante para se endividar. Mas, para que isso ocorresse, era preciso haver liberdade de ação e condições razoavelmente seguras para emprestar. Os bancos de investimento de Nova York contavam com a tradição imperial norte-americana tanto para manter abertas novas oportunidades de investimento como para proteger suas operações externas.

A tradição imperial norte-americana havia muito vinha se forjando e em larga medida se definia contra as tradições imperiais da Grã-Bretanha, da França, da Holanda e de outras potências européias²¹. Enquanto no final do século XIX acalentaram a idéia de conquista colonial, no século XX os Estados Unidos desenvolveram um sistema mais aberto de colonialismo sem colônias. O caso paradigmático foi desenvolvido na Nicarágua nas décadas de 1920 e 1930, quando fuzileiros foram enviados para defender interesses norte-americanos mas se viram envolvidos numa longa e difícil rebelião guerrilheira liderada por Sandinho. A reação foi conseguir um homem forte local — no caso, Somoza — e oferecer a ele, à sua família e a aliados mais próximos assistência econômica e militar para que pudessem reprimir ou cooptar a oposição e acumular para si próprios uma riqueza e um poder consideráveis. Em troca, eles sempre manteriam o país aberto às operações do capital norte-americano e se necessário promoveriam os interesses dos Estados Unidos tanto no país como na região (no caso da Nicarágua, a América Central) como um todo. Foi esse o modelo desenvolvido depois da Segunda Guerra na fase de descolonização global imposta às potências européias por insistência norte-americana. Por exemplo, a CIA organizou o golpe que derrubou o governo democraticamente eleito de

20. L. ALVAREZ, Britain Says U.S. Planned to Seize Oil in '73 crisis. *New York Times*, 4 jan. 2004, A6. Quanto à reciclagem de dólares sauditas através dos Estados Unidos, ver P GOWAN, *The Faustian Bid for World Dominance*, London, Verso, 1999, 20.

21. D. HARVEY, *The New Imperialism*, Oxford, Oxford University Press, 2003 [Ed. br.: *O novo imperialismo*, São Paulo, Loyola, 2004.]; N. SMITH, *American Empire, Roosevelt's Geographer and the Prelude to Globalization*, Berkeley, University of California Press, 2003; N. SMITH, *The Endgame of Globalization*, New York, Routledge, 2005.



Mosaddeq no Irã em 1953, instalando o xá do Irã, que firmou contratos referentes ao petróleo com empresas norte-americanas (e não devolveu os ativos às empresas britânicas que Mosaddeq nacionalizara). O xá também se tornou um dos guardiães-chave dos interesses dos Estados Unidos na região petrolífera do Oriente Médio.

No período do pós-guerra, boa parte do mundo não-comunista estava aberto ao domínio norte-americano mediante táticas desse tipo. Isso se tornou o método preferido de combate à ameaça de rebeliões e de revoluções comunistas, envolvendo uma estratégia antidemocrática (e ainda mais enfaticamente antipopulista e anti-socialista/comunista) da parte dos Estados Unidos que levou o país a firmar cada vez mais alianças com repressivas ditaduras militares e regimes autoritários (claro que de modo mais espetacular na América Latina). Os relatos de John Perkins em *Confessions of an Economic Hit Man* [Confissões de um matador econômico] estão cheias de detalhes feios e desagradáveis de como isso era feito na maioria das vezes. Em consequência, os interesses norte-americanos se tornaram mais, em vez de menos, vulneráveis na luta contra o comunismo internacional. Embora se pudesse comprar com bastante facilidade o consentimento de elites dirigentes locais, a necessidade de coagir movimentos de oposição ou socialdemocratas (como o do Chile de Allende) associou os Estados Unidos a uma longa história de violência — em larga medida encoberta — por boa parte do mundo em desenvolvimento.

Foi nesse contexto que os fundos excedentes reciclados pelos bancos de investimento de Nova York se dispersaram pelo globo. Antes de 1973, a maioria dos investimentos externos dos Estados Unidos era do tipo direto, voltada principalmente para a exploração de recursos básicos (petróleo, minérios, matérias-primas, produtos agrícolas) ou para o cultivo de mercados específicos (telecomunicações, automóveis etc.) na Europa e na América Latina. Esses bancos sempre tinham sido ativos no plano internacional, mas depois de 1973 isso se acentuou, ainda que se concentrasse no fornecimento de recursos financeiros a governos estrangeiros²². Isso exigiu a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais, e o governo norte-americano começou a promover e apoiar ativamente essa estratégia no nível global na década de 1970. Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York²³. Mas, como os empréstimos eram em

22. PANITCH, GINDIN, *Finance and American Empire*.

23. As muitas crises da dívida dos anos 1980 foram amplamente descritas em GOWAN, *The Global Gamble*.



dólares norte-americanos, todo aumento modesto, para não falar dos acentuados, nas taxas de juro nos Estados Unidos podia facilmente levar países vulneráveis à inadimplência, expondo os bancos de investimento de Nova York a sérias perdas.

O primeiro grande teste disso veio na esteira do choque Volcker, que levou o México à moratória em 1982-84. O governo Reagan, que pensara seriamente em retirar o apoio ao FMI no primeiro ano de mandato, descobriu uma maneira de unir os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca reformas neoliberais. Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de “expurgo” de todas as influências keynesianas do FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Em troca do rescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o “ajuste estrutural”. O México foi um dos primeiros Estados recrutados para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais de Estado em todo o mundo²⁴.

Mas o caso do México demonstrou na verdade uma diferença essencial entre a prática liberal e a neoliberal: naquela, os emprestadores assumem as perdas decorrentes de más decisões de investimento, ao passo que sob esta última os tomadores são forçados pelo Estado e por forças internacionais a assumir o ônus do custo do pagamento da dívida sejam quais forem as conseqüências para a vida e o bem-estar da população local. Se isso exige a entrega de ativos a empresas estrangeiras a preço de banana, que assim seja. Isso, como se pode perceber, não é compatível com a teoria neoliberal. Um dos efeitos disso, como demonstram Duménil e Lévy, foi permitir aos proprietários de capital norte-americanos a extração de altas taxas de retorno do resto do mundo ao longo das décadas de 1980 e 1990 (Figuras 1.8 e 1.9)²⁵. A restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural.

24. J. STIGLITZ, *Globalization and its Discontents*. New York, Norton, 2002.

25. G. DUMÉNIL, D. LÉVY, The Economics of US Imperialism at the Turn of the 21st Century, *Review of International Political Economy* 4 (2004) 657-676.

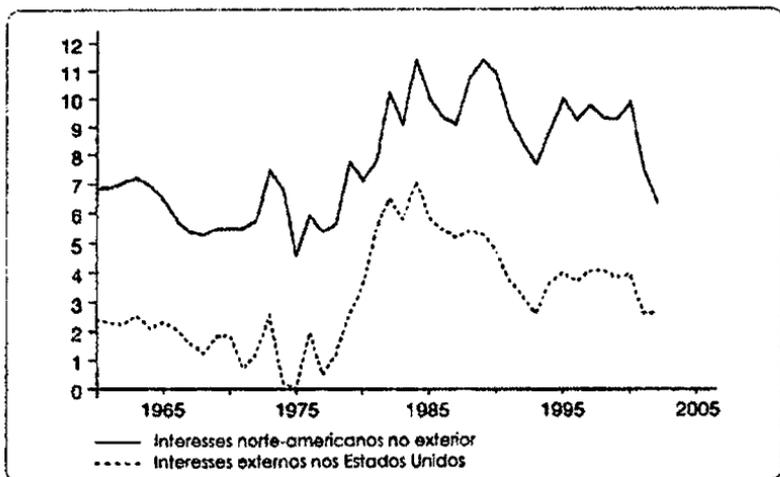


Figura 1.8 A extração de mais-valia do exterior: taxas de retorno dos investimentos domésticos e externos nos Estados Unidos, 1960-2002

Fonte: Duménil, Lévy, *The Economics of US Imperialism*

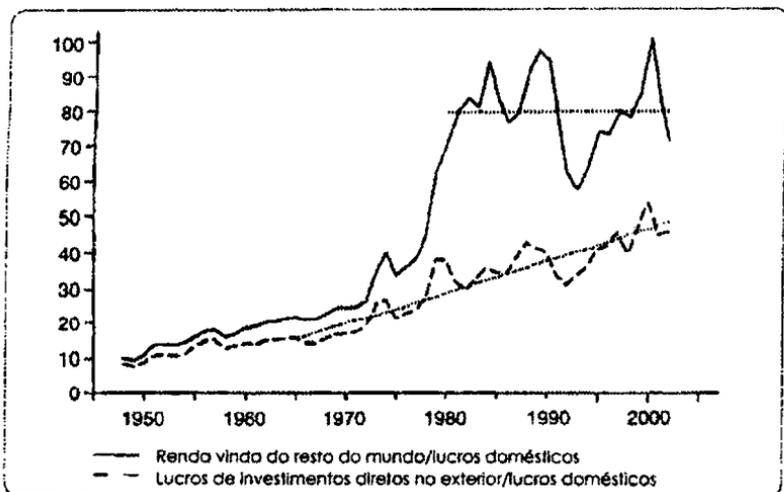


Figura 1.9 O fluxo de tributos para os Estados Unidos: lucros e renda de capital vindos do resto do mundo em relação aos lucros domésticos

Fonte: Duménil, Lévy, *Neoliberal Dynamics: Towards a New Phase?*

O significado do poder de classe

Mas o que se quer dizer exatamente aqui com "classe"? Este é sempre um conceito obscuro (alguns diriam mesmo dúbio). Seja como for, a neoliberalização implicou sua redefinição. Isso cria um problema: se a



neoliberalização tem sido o veículo da restauração do poder de classe, deveríamos poder identificar as forças de classe que estão em sua base e aquelas que se beneficiaram dela. Mas essa é uma tarefa difícil quando “classe” não é uma configuração social estável. Em alguns casos, estratos “tradicionais” conseguiram manter uma base coerente de poder (muitas vezes organizada por meio da família e do parentesco). Mas em outros casos a neoliberalização veio acompanhada de uma reconfiguração daquilo que constitui uma classe alta. Margaret Thatcher, por exemplo, atacou algumas das formas consolidadas de poder de classe; ela se opôs à tradição aristocrática que dominava as elites militar, judiciária e financeira da City [o centro financeiro] de Londres, e muitos segmentos da indústria, ao mesmo tempo em que se colocou do lado dos empreendedores agressivos e dos novos ricos. Thatcher apoiou essa nova classe de empreendedores (como Richard Branson, Lord Hanson e George Soros) e foi muitas vezes apoiada por ela. A ala tradicional de seu próprio partido conservador ficou estarecida. Nos Estados Unidos, o poder e a importância crescentes dos financistas e dos CEOs das grandes corporações, assim como a imensa eclosão de atividade em setores completamente novos (como computação e Internet, meios de comunicação e varejo), alteraram significativamente o *locus* do poder econômico da classe alta. Embora possa ter tido como foco a restauração do poder de classe, a neoliberalização não significou necessariamente a restauração do poder econômico às mesmas pessoas.

Contudo, como ilustram os casos contrastantes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, “classe” significa diferentes coisas em diferentes lugares, e em alguns casos (por exemplo, nos Estados Unidos) é com frequência considerado algo sem nenhum sentido. Além disso, tem havido fortes ondas de diferenciação em termos da formação e da reformulação da identidade de classe em diferentes partes do mundo. Na Indonésia, na Malásia e nas Filipinas, por exemplo, o poder econômico concentrou-se fortemente nas mãos de uns poucos membros da minoria étnica chinesa, e a forma de aquisição desse poder econômico muito diferiu da observada na Austrália e nos Estados Unidos (onde se concentrou fortemente em atividades de comércio e envolveu a manipulação dos mercados²⁶). E a ascensão dos sete oligarcas na Rússia adveio da configuração bastante peculiar de circunstâncias que havia na esteira do colapso da União Soviética.

Ainda assim, há algumas tendências gerais identificáveis. A primeira foi que os privilégios da propriedade e da gerência de empresas capitalistas — tradicionalmente separados — se fundiram quando se começou a pagar aos CEOs (gerentes) em opções de ações (títulos de propriedade).

26. Ver exemplos em A. CHUA, *World on Fire: How Exporting Free Market Democracy Breeds Ethnic Hatred and Global Instability*, New York, Doubleday, 2003).



Então, o valor das ações tomou o lugar da produção como guia da atividade econômica e, como mais tarde se evidenciou com o colapso de empresas como a Enron, as tentações especulativas resultantes disso podem se tornar avassaladoras. A segunda tendência foi a dramática redução da separação entre capital monetário que recebe dividendos e juros, de um lado, e capital produtivo, manufatureiro ou mercantil em busca de lucros, do outro. Essa separação produziu em vários momentos anteriores conflitos entre financistas, produtores e comerciantes. Na Grã-Bretanha, por exemplo, a política governamental dos anos 1960 cuidava primordialmente das necessidades dos financistas da City de Londres, muitas vezes em detrimento da produção doméstica, sendo na época muito comum o surgimento de conflitos nos Estados Unidos entre financistas e corporações produtivas. Na década seguinte, boa parte desse conflito desapareceu ou assumiu novas formas. As grandes corporações assumiram uma orientação crescentemente financeira, mesmo quando, como no setor automotivo, estavam voltadas para a produção. A partir de mais ou menos 1980 não era incomum que as empresas tivessem prejuízos na produção compensados por ganhos de operações financeiras (que envolviam tudo, de operações de crédito e seguros à especulação em moedas voláteis e mercados futuros). As fusões intersetoriais uniram a produção, a comercialização, as propriedades imóveis e os interesses financeiros de novas maneiras, produzindo diversificados conglomerados. Quando a US Steel mudou de nome para USX (fazendo altos investimentos em seguros), o presidente do conselho, James Roderick, respondeu à pergunta "O que é X?" com a resposta simples "X é dinheiro"²⁷.

Tudo isso se vinculava à forte expansão da atividade e do poder no mundo financeiro. Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma, a neoliberalização significou a "financeirização" de tudo. Isso aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim como sobre o aparato de Estado e, como assinala Randy Martin, a vida cotidiana^{28 29}. Criou ainda uma volatilidade sempre crescente nas rela-

27. Citado in HARVEY, *Condition of Postmodernity*, p. 158.

28. R. MARTIN. *The Financialization of Daily Life*, Philadelphia, Temple University Press, 2002.

29. *Financialization*: no Brasil usa-se também "financeirização". Mas como se trata da sujeição de toda a economia ao capital financeiro para fins especulativos de acumulação



ções globais de troca; houve sem sombra de dúvida uma mudança de poder da produção para o mundo das finanças. Ganhos na capacidade manufatureira não mais significavam aumento da renda *per capita*, mas certamente significavam concentração em serviços financeiros. Por isso, o apoio às instituições financeiras e à integridade do sistema financeiro se tornou a preocupação central da coletividade de Estados neoliberais (como o grupo formado pelos países mais ricos do mundo, conhecido como G7). No caso de um conflito entre Main Street [a "rua" da produção] e Wall Street [o centro financeiro], esta última seria favorecida. Surge a real possibilidade de Wall Street se sair bem enquanto o resto dos Estados Unidos (e o resto do mundo) se sai mal. E durante vários anos, especialmente na década de 1990, foi justo isso o que aconteceu. Enquanto nos anos 1960 costumava-se usar o *slogan* "o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos", nos anos 1990 o *slogan* era "o que é bom para Wall Street é tudo o que interessa".

Assim, um dos núcleos substanciais da ascensão do poder de classe sob o neoliberalismo reside nos CEOs, os principais operadores dos conselhos de administração, e nos líderes dos aparatos financeiros, legais e técnicos que cercam a quintessência da atividade capitalista³⁰. Mas o poder dos verdadeiros proprietários do capital, os acionistas, foi um tanto diminuído, a não ser quando podiam reunir uma soma de votos suficientemente ampla para afetar a política corporativa. Algumas vezes, os acionistas foram privados de milhões pelas operações dos CEOs e de seus conselheiros financeiros. Ganhos especulativos também possibilitaram reunir enormes fortunas num espaço de tempo bem curto (Warren Buffett e George Soros são exemplos disso).

Seria contudo errôneo restringir a noção de classe alta a esse grupo. A abertura de oportunidades de empreendimento, bem como as novas estruturas nas relações comerciais permitiram o surgimento de processos de formação de classe substancialmente novos. Fizeram-se fortunas rápidas em novos setores da economia, como a biotecnologia e as tecnologias da informação (por exemplo, Bill Gates e Paul Allen). Novas relações de mercado viabilizaram todo tipo de possibilidades de comprar barato e vender caro, quando não reais mercados cativos, de modo que se construíram fortunas que ou se estendem horizontalmente (como no caso do império global de comunicações em expansão de Rupert Murdoch) ou se diversificam em todo tipo de negócios, desde a extração de

do capital e não para outros fins, produtivos, criando o chamado "capital fictício", preferimos insistir em "financeirização" — ver, de HARVEY, Condição pós-moderna e, neste livro, cap. 6, "riqueza fictícia", uma extensão do conceito. (N.T.)

30. Essa é a única definição aceita nas obras de Duménil e Lévy por exemplo.



recursos naturais e a produção até, a partir de uma base comercial, serviços financeiros, construção civil e varejo. Aconteceu aí muitas vezes de uma relação privilegiada com o poder estatal também ter um papel-chave. Os dois homens de negócios mais íntimos de Suharto na Indonésia, por exemplo, tanto alimentaram os interesses financeiros da família Suharto como promoveram seus vínculos com aquele aparato de Estado para acumular uma imensa riqueza. Por volta de 1977, um deles, o Salim Group, era "alegadamente o maior conglomerado de propriedade chinesa do mundo, com ativos de 20 bilhões de dólares e cerca de quinhentas empresas". Partindo de uma empresa de investimentos relativamente pequena, Carlos Slim obteve o controle do sistema de telecomunicações mexicano recém-privatizado e logo o transformou num imenso império conglomerado que não só controla uma enorme parcela da economia mexicana, como tem ampla participação no setor varejista dos Estados Unidos (Circuit City e Barnes and Noble), para não falar por toda a América Latina³¹. Nos Estados Unidos, a família Walton ficou imensamente rica quando a Wal-Mart assumiu uma posição dominante no varejo dos Estados Unidos, mas também com a integração a linhas de produção chinesas, bem como com pontos de venda no mundo inteiro. Embora haja claros vínculos entre esses tipos de atividades e o mundo das finanças, a incrível capacidade não só de acumular imensas fortunas pessoais, como de exercer o poder de controle sobre amplos setores da economia confere a esses poucos indivíduos um enorme poder econômico de influenciar processos políticos. Não admira que o patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo em 1996 tenha sido "igual à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial — 2,3 bilhões de pessoas". E o que é ainda pior: "as 200 pessoas mais ricas do mundo mais do que dobraram seu patrimônio líquido, nos quatro anos anteriores a 1998, para mais de 1 trilhão de dólares. Os ativos dos três maiores bilionários alcançavam na época um valor superior ao PIB de todos os países menos desenvolvidos e sua população de 600 milhões de pessoas"³².

Há no entanto um outro complexo problema a ser considerado nesse processo de radical reconfiguração das relações de classe. Tem surgido, e sido muito debatida, a questão de saber se essa nova configuração de classe deveria ser considerada transnacional ou se ainda pode ser entendida como algo baseado exclusivamente nos parâmetros da nação-Estado³³. Minha própria posição é a seguinte: a idéia de que a classe domi-

31. CHUA, *World on Fire*.

32. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, *Human Development Report, 1996*, New York, Oxford University Press, 1996, 2, e Id., *Human Development Report, 1999*, 3.

33. W. ROBINSON, *A Theory of Global Capitalism in a Transnational World*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2004, defende com brilhantismo esse argumento.



nante tenha algum dia limitado suas operações a alguma nação-Estado, ou definidos suas lealdades em termos de uma alguma nação-Estado, tem sido historicamente bastante exagerada. Nunca fez muito sentido falar de uma classe capitalista distintamente norte-americana *versus* uma britânica, francesa, alemã ou coreana. Os vínculos internacionais sempre foram importantes, especialmente através de atividades coloniais e neocoloniais, mas também por meio de ligações transnacionais que remontam ao século XIX, se não forem ainda mais antigas. Não há, contudo, dúvidas de que houve uma ampliação dessas ligações transnacionais durante a fase de globalização neoliberal, sendo fundamental identificar essas conexões. Mas isso não significa que as principais figuras dessa classe não estejam associadas a aparatos de Estado específicos, devido tanto às vantagens como às proteções que isso lhes proporciona. Os *aparatos de Estado* a que elas se associam especificamente são um fator importante, mas não têm uma estabilidade maior do que a atividade capitalista a que se dedicam. Rupert Murdoch pode ter começado na Austrália e depois se concentrado na Grã-Bretanha para finalmente ter a cidadania (sem dúvida concedida num prazo bem curto) norte-americana. Ele não está acima ou fora de poderes estatais específicos, mas sem dúvida nem por isso deixa de exercer considerável influência, através de seus interesses midiáticos, na política da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da Austrália. Todos os 247 editores supostamente independentes de seus jornais em todo o mundo apoiaram a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Todavia, como forma de abreviatura, ainda faz sentido falar dos interesses da classe capitalista norte-americana, ou britânica, ou coreana, porque os interesses corporativos de pessoas como Murdoch, Carlos Slim ou o Salim Group se alimentam de aparatos de Estado específicos e nutrem aparatos de Estado específicos. Porém cada um deles pode exercer — e de fato exercem — poder de classe em mais de um Estado ao mesmo tempo.

Embora esse grupo diversificado de indivíduos incrustado nos mundos corporativo, financeiro, comercial e de desenvolvimento não conspire necessariamente como classe, e embora possa haver freqüentes tensões entre eles, ainda assim há entre todos certa convergência de interesses que de modo geral reconhece as vantagens (e neste momento alguns dos riscos) a ser obtidas da neoliberalização. E eles também dispõem, mediante organizações como o Fórum Econômico Mundial de Davos, de meios para trocar idéias, firmar associações com líderes políticos e fazer consultas a esses líderes políticos. Eles exercem uma imensa influência sobre os assuntos globais e dispõem de uma liberdade de ação que nem passa perto da que possui qualquer cidadão comum.



nante tenha algum dia limitado suas operações a alguma nação-Estado, ou definido suas lealdades em termos de uma alguma nação-Estado, tem sido historicamente bastante exagerada. Nunca fez muito sentido falar de uma classe capitalista distintamente norte-americana *versus* uma britânica, francesa, alemã ou coreana. Os vínculos internacionais sempre foram importantes, especialmente através de atividades coloniais e neocoloniais, mas também por meio de ligações transnacionais que remontam ao século XIX, se não forem ainda mais antigas. Não há, contudo, dúvidas de que houve uma ampliação dessas ligações transnacionais durante a fase de globalização neoliberal, sendo fundamental identificar essas conexões. Mas isso não significa que as principais figuras dessa classe não estejam associadas a aparatos de Estado específicos, devido tanto às vantagens como às proteções que isso lhes proporciona. Os *aparatos de Estado* a que elas se associam especificamente são um fator importante, mas não têm uma estabilidade maior do que a atividade capitalista a que se dedicam. Rupert Murdoch pode ter começado na Austrália e depois se concentrado na Grã-Bretanha para finalmente ter a cidadania (sem dúvida concedida num prazo bem curto) norte-americana. Ele não está acima ou fora de poderes estatais específicos, mas sem dúvida nem por isso deixa de exercer considerável influência, através de seus interesses midiáticos, na política da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da Austrália. Todos os 247 editores supostamente independentes de seus jornais em todo o mundo apoiaram a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Todavia, como forma de abreviatura, ainda faz sentido falar dos interesses da classe capitalista norte-americana, ou britânica, ou coreana, porque os interesses corporativos de pessoas como Murdoch, Carlos Slim ou o Salim Group se alimentam de aparatos de Estado específicos e nutrem aparatos de Estado específicos. Porém cada um deles pode exercer — e de fato exercem — poder de classe em mais de um Estado ao mesmo tempo.

Embora esse grupo diversificado de indivíduos incrustado nos mundos corporativo, financeiro, comercial e de desenvolvimento não conspire necessariamente como classe, e embora possa haver freqüentes tensões entre eles, ainda assim há entre todos certa convergência de interesses que de modo geral reconhece as vantagens (e neste momento alguns dos riscos) a ser obtidas da neoliberalização. E eles também dispõem, mediante organizações como o Fórum Econômico Mundial de Davos, de meios para trocar idéias, firmar associações com líderes políticos e fazer consultas a esses líderes políticos. Eles exercem uma imensa influência sobre os assuntos globais e dispõem de uma liberdade de ação que nem passa perto da que possui qualquer cidadão comum.

As perspectivas da liberdade

Essa história da neoliberalização e da formação de classe e a aceitação proliferante das idéias da Mont Pelerin Society como diretrizes da época são uma interessante leitura quando colocadas contra o pano de fundo dos contra-argumentos propostos por Karl Polanyi em 1944 (pouco antes de a Mont Pelerin Society ter sido fundada). Numa sociedade complexa, assinalou ele, o significado da liberdade se torna tão contraditório e tão frágil quanto são estimulantes suas injunções a agir. Há, observou ele, dois tipos de liberdade, um bom e o outro ruim. Entre estes últimos, ele inclui "a liberdade de explorar o semelhante ou a liberdade de obter ganhos extraordinários sem prestar um serviço comensurável à comunidade, a liberdade de impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas para o benefício público ou a liberdade de obter lucros de calamidades públicas secretamente planejadas para vantagens privadas". Mas, prosseguindo, Polanyi afirma que "a economia de mercado em que essas liberdades floresceram também produziram liberdades que valorizamos muito. Liberdade de consciência, liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de associação, liberdade de escolher o próprio emprego". Embora possamos "prezar essas liberdades em si mesmas" — e sem dúvida muitos ainda o fazem —, elas foram em larga medida "subprodutos da mesma economia que também é responsável pelas más liberdades"³⁴. A resposta de Polanyi a essa dualidade nos parece estranha, dada a atual hegemonia do pensamento neoliberal:

A passagem da economia de mercado pode tornar-se o começo de uma era de liberdade sem precedentes. Mais do que em qualquer outra época, podem-se ampliar e tornar mais gerais a liberdade jurídica e a liberdade real; a regulação e o controle podem obter liberdade não só para uns poucos, mas para todos. A liberdade não como a concessão de privilégios, maculada na fonte, mas como direito prescritivo que ultrapassa as limitações da esfera política e alcança a organização do próprio tecido social. Assim, antigas liberdades e antigos direitos cívicos se somarão ao fundo de novas liberdades geradas pelo tempo livre e pela segurança que a sociedade industrial oferece a todos. Uma tal sociedade tem condições de ser ao mesmo tempo justa e livre³⁵.

Infelizmente, observou Polanyi, a passagem para esse futuro está bloqueada pelo "obstáculo moral" do utopismo liberal (e mais de uma vez ele cita Hayek como típico dessa tradição):

34. K. POLANYI, *The Great Transformation*, Boston, Beacon Press, 1954.

35. *Ibid.*, 256-258.





O planejamento e o controle estão sendo atacados como a negação da liberdade. O livre empreendimento e a propriedade privada são declarados vitais para a liberdade. Afirma-se que nenhuma sociedade com fundamentos que não estes merece ser considerada livre; a liberdade que a regulação cria é denunciada como não-liberdade; a justiça, a liberdade e o bem-estar que oferece são reduzidos a camuflagem da escravidão³⁶.

A idéia de liberdade “degenera assim em mera defesa do livre empreendimento”, que significa “a plenitude da liberdade para aqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, e um mero verniz de liberdade para o povo, que pode tentar em vão usar seus direitos democráticos para proteger-se do poder dos que detêm a propriedade”. Mas se, como é sempre o caso, “não é possível uma sociedade sem poder e compulsão, nem um mundo em que a força não tenha função”, a única maneira de manter essa visão utópica liberal está na força, na violência e no autoritarismo. Para Polanyi, o utopismo liberal ou neoliberal está fadado à frustração pelo autoritarismo ou mesmo pelo fascismo declarado³⁷. Perdem-se as boas liberdades e as más liberdades assumem o controle.

O diagnóstico de Polanyi se mostra peculiarmente apropriado à nossa condição contemporânea. Oferece uma potente perspectiva a partir da qual entender o que pretende o presidente Bush ao dizer que “na qualidade de maior potência da terra temos a obrigação de ajudar a propagar a liberdade”. Ajuda a explicar por que o neoliberalismo se tornou tão autoritário, violento e antidemocrático no próprio momento em que “tem em suas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade a todos os seus inimigos imemoriais”³⁸. Faz-nos ter como foco a maneira como tantas corporações têm obtido lucros com a privação da esfera pública dos benefícios de suas tecnologias (como drogas contra a aids), bem como com as calamidades da guerra (como no caso da Halliburton), com a inanição e com o desastre ambiental. Evoca a preocupação de saber se muitas dessas calamidades ou quase calamidades (a corrida armamentista e a necessidade de combater inimigos reais ou imaginados) não terão sido secretamente criadas em benefício de corporações. E deixa muitíssimo claro por que os abastados e poderosos apóiam com tanta avidez certas concepções particulares de direitos e liberdades enquanto tentam nos persuadir de sua universalidade e sua bondade. Afinal, trinta anos de liberdades neoliberais não apenas restauraram o poder de uma classe

36. Ibid.

37. Ibid.

38. BUSH, Securing Freedom's Triumph; ver também F. ZAKARIA, *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*, New York, Norton, 2003.



capitalista estreitamente definida, como também produziram imensas concentrações de poder corporativo no setor energético, nos meios de comunicação, na indústria farmacêutica, nos transportes e mesmo no varejo (a Wal-Mart, por exemplo). A liberdade do mercado que Bush proclama como ponto alto da aspiração humana mostra não ser nada mais do que meios convenientes de disseminar o poder monopolista corporativo — e a Coca-Cola — pelos quatro cantos do globo, sem restrições. Com uma influência desproporcionada sobre os meios de comunicação e o processo político, essa classe (com Rupert Murdoch e a Fox News na liderança) tem tanto o estímulo como o poder para nos persuadir de que estamos todos melhores sob um regime neoliberal de liberdades. Para a elite, vivendo com conforto em seus guetos dourados, o mundo tem de fato de parecer um lugar melhor. Como poderia ter dito Polanyi, o neoliberalismo proporciona direitos e liberdades àqueles “que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança”, deixando um verniz para o resto de nós. Como então o “resto de nós” aquiesceu tão facilmente a esse estado de coisas?